

## GESTÃO PESQUEIRA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO LITORAL SUL DE SÃO PAULO, BRASIL

Jocemar Tomasino MENDONÇA <sup>1,2</sup>

<sup>1</sup> Pesquisador Científico, oceanógrafo, e-mail: [jmendonca@pesca.sp.gov.br](mailto:jmendonca@pesca.sp.gov.br)

<sup>2</sup> Endereço/Address: Núcleo de Pesquisa do Litoral Sul, Instituto de Pesca, APTA/SAA, Av. Prof. Besnard, s/n., CEP 11990-000, Cananéia, SP, Brasil.

**Palavras-chave:** Co-manejo, Pesca, Conselhos gestores, governança

### INTRODUÇÃO

No Brasil está sendo traçada uma realidade que direciona o uso dos recursos irrestritamente para geração de renda e desenvolvendo das atividades produtivas de forma que tenham menor custo e maximização dos lucros. Mas em contraponto, para atender as pressões internas e externas sobre o país no que tange a preservação ambiental algumas medidas têm sido tomadas pelos governos. Entre estas, a criação de unidades de conservação tem se destacado como ferramenta para melhorar a gestão dos recursos naturais, visando à preservação dos ecossistemas. Embora ainda não tenhamos atingido a meta nacional, ficando em apenas 3,8% do território em UC's, houve um aumento considerável de criação de unidades nos últimos anos. Existe no Brasil uma interpretação equivocada de que a política de criação de unidades de conservação representa um entrave ao desenvolvimento, visto que atividades produtivas como mineração, pecuária, geração de energia, entre outras são incompatíveis com a conservação e que os investimentos feitos em conservação não retornam benefícios tangíveis pela sociedade (MEDEIROS e YOUNG, 2011). Na atividade pesqueira dentro das UC's a interpretação não é diferente, sendo tomado como áreas de proibição de praticar o trabalho tradicional e futuro.

O presente trabalho busca mostrar o desenvolvimento da gestão ao longo do tempo no litoral sul de São Paulo e avaliar o processo de co-gestão realizado em unidades de conservação dessa região.

### METODOLOGIA

O período de análise foi de 2000 a 2011, com a descrição dos processos de gestão desenvolvidos no litoral sul junto às unidades de conservação existentes nos municípios de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida. Foram analisadas informações sobre gestão dos recursos pesqueiros dentro das unidades de conservação, obtidas através das atas e relatos de

reuniões nos conselhos gestores das unidades de conservação, bem como na bibliografia disponível.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o final de 2002 existiam nove unidades de conservação no litoral sul de São Paulo, sendo as seguintes: Federais (ICMBio): Área de Proteção Ambiental Federal de Cananéia-Iguape-Peruíbe, Área de Relevante Interesse Ecológico da Ilha do Ameixal, Reserva Extrativista do Mandira, Estação Ecológica de Tupiniquins, Estação Ecológica de Juréia-Itatins; Estaduais (SMA-SP): Estação Ecológica dos Chauás, Parque Estadual da Ilha do Cardoso, Parque Estadual de Jacupiranga e Área de Proteção Ambiental Estadual da Ilha Comprida (MACHADO e MENDONÇA, 2007). Atualmente, foram criadas mais cinco unidades de conservação: Reserva Extrativista do Tumba, Reserva Extrativista do Taquari, Reserva de Desenvolvimento do Itapanhoapima, Parque Estadual do Lagamar e Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Sul, todas sob gestão da SMA-SP.

As unidades de conservação de uso sustentável, obrigatoriamente apresentam conselho gestor, visando à administração unidade e a preservação dos recursos naturais. Na prática, estes conselhos se tornam fóruns de gestão para aplicação de manejos dos recursos pesqueiros de forma participativa. Embora existam diversas unidades no litoral sul de São Paulo, nem todas apresentam conselhos efetivamente ativos, existindo muitos problemas de ordem organizacional da esfera do poder público que administra cada unidade.

Os Conselhos existentes no litoral sul consistem na principal instância de discussão e gestão dos recursos pesqueiros, onde são estabelecidos regras e orientação das ações empreendidas, minorando conflitos e reduzindo impactos, visando à sustentabilidade dos recursos, através do processo participativo de gestão. Estes conselhos são formados pelas três esferas governamentais (municipal, estadual e federal) e sociedade civil (setor produtivo e órgãos não governamentais) onde são discutidas e encaminhadas propostas relativas ao uso dos recursos naturais nas unidades.

A metodologia de trabalho segue uma rotina de discussão primeiramente dentro do conselho, que dependendo do tema, as discussões são aprofundadas nas câmaras temáticas (CT). Estas CT's discutem com o setor produtivo e sociedade em geral, construindo propostas de gestão dos recursos pesqueiros para serem encaminhadas ao conselho gestor.

No litoral sul, as unidades de conservação que mais trabalham com os recursos

pesqueiros são a APA-CIP (ICMBio) e da APA Marinha Sul (SMA-SP). O primeiro teve suas maiores atividades entre os anos de 2002 e 2005, com a implantação das seguintes políticas públicas: IN nº 33, de 17/06/2004 (ordenamento da pesca da manjuba); IN nº 49, de 14/09/2004 (ordenamento da pesca de arrasto de praia); IN nº 115, de 17/06/2005 (ordenamento da pesca de iriko). Ainda foram elaboradas propostas de ordenamento da pesca com cerco-fixo, pesca do camarão-estuarino e proibição do cultivo de espécies exóticas em águas estuarinas. Embora tenham sido discutidas com o setor, estas propostas ainda não foram implementadas, visto que atualmente o conselho está inativo e as ações paralisadas.

A APA Marinha Sul, criada em 2008, apresenta mesma metodologia de trabalho da APA-CIP, com as discussões da gestão junto a conselho e aprofundamento dos temas na câmara temática de pesca. Nesta gestão, até o momento foi implantada apenas uma política pública que trata da proibição da pesca de parelhas na unidade de conservação (Resolução SMA nº 69, de 28/9/2009). Existem mais dois temas que estão em elaboração junto à unidade que são: o ordenamento da pesca com rede de emalhe e o ordenamento da pesca de arrasto. O primeiro já foi discutido junto ao setor e espera aprovação no conselho gestor e o segundo ainda está em fase de discussão na CT de pesca.

Um dos maiores problemas encontrados nos processos de gestão pesqueira participativa desencadeados no país é o não reconhecimento por parte das instâncias superiores (órgãos gestores pesqueiros regionais, estaduais e federais) da legitimidade do processo. Isso ocasiona descontinuidade nos encaminhamentos originados pela discussão dos problemas pesqueiros junto à sociedade (MACHADO e MENDONÇA, 2007) ou no retrocesso do processo devido a interesses particulares de setores mais influentes politicamente. Estes entraves tornam a gestão dos recursos pesqueiros de difícil execução e geram descrédito da sociedade com o sistema, prejudicando tanto a sociedade, como a preservação dos recursos pesqueiros.

## REFERÊNCIAS

- MEDEIROS, R. e YOUNG, C.E.F. 2011 Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final. Brasília: UNEP-WCMC. 120p.
- MACHADO, I.C. e MENDONÇA, J.T. 2007 Gestão pesqueira participativa do Complexo Estuarino-lagunar de Cananéia, Iguape e Ilha Comprida e Área Costeira Adjacente. Áreas aquáticas protegidas como instrumento de gestão pesqueira. Organização: Ana P. Prates, Danielle Blanc. Brasília, MMA/SBF. Série Áreas Protegidas do Brasil, 4: 69-87.